



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**ERICA MICHELE DOS SANTOS MATEUS**

**OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

**CAMPINA GRANDE-PB**  
**2018**

**ERICA MICHELE DOS SANTOS MATEUS**

**OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Artigo apresentado á coordenação do Curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial á obtenção do  
título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Diana Sampaio Braga

CAMPINA GRANDE - PB  
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M425d Mateus, Erica Michele dos Santos.

Os desafios na educação de crianças com necessidades educacionais especiais [manuscrito] : / Erica Michele dos Santos Mateus. - 2018.

33 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Diana Sampaio Braga ,  
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Educação inclusiva. 2. Pessoas com necessidades especiais. 3. Educação infantil. 4. Prática docente.

21. ed. CDD 370.115

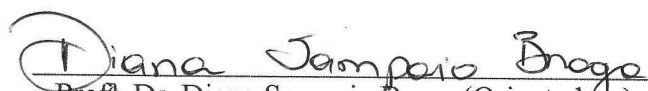
**ERICA MICHELE DOS SANTOS MATEUS**


**OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES  
EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

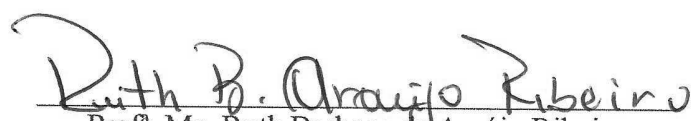
Artigo, apresentado a Graduação em  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciatura Plena  
em Pedagogia.

Aprovada em: 18/06/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr. Diana Sampaio Braga (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.<sup>a</sup> Me. Livânia Beltrão Tavares  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.<sup>a</sup> Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente ao meu Deus todo poderoso, a minha mãe Maria do Carmo, ao meu pai José Soares, ao meu namorado Robson, Aos meus irmãos Eduardo Santos, Leandro Santos, e todos da minha família torcedores do meu sucesso.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço á Deus por permitir que eu chegasse até aqui, só ele sabe tudo que eu passei, de todas as dificuldades, em alguns momentos pensei em desistir, mais meu Deus estava ali, e não permitiu que eu desistisse, dando-me sabedoria e discernimento para enfrentar todos os obstáculos. Toda honra e toda glória alcançada em minha vida foi Deus que permitiu. Obrigado meu Deus por cuidar tão bem de mim.

Aos meus pais, obrigado por todos os ensinamentos e valores, esses foram importantíssimos para torna-me pessoa que sou hoje.

Não poderia deixar de agradecer á uma amiga muito especial, Mirella Alves obrigada por disponibilizar grande parte do material utilizado na construção deste trabalho.

As minhas amigas da turma valeu toda parceria desde inicio até o fim, não foi fácil, mas conseguimos vencer as batalhas impostas durante toda a Graduação.

A todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica.

A Prof.<sup>a</sup> Diana Sampaio minha orientadora meu imenso obrigado, por aceitar me guiar no percurso desse estudo.

Em fim a todos que de alguma forma me incentivaram com palavras de otimismo e apoio.

“Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças.”

Maria Tereza Eglér Mantoan

## SUMÁRIO

<b>1.0 INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
<b>2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>09</b>
2.1 Educação Inclusiva Um Breve Histórico	09
2.2 Contexto histórico da educação inclusiva no Brasil	11
2.3 Educação Inclusiva Conceito	17
2.4 A educação inclusiva na escola pública	18
2.5 A importância da formação do professor para uma educação inclusiva	19
2.6 Atendimento Educacional Especializado – AEE	20
2.7 Salas de Recursos Multifuncionais – SEM	21
2.8 Recursos Pedagógicos Utilizados no – AEE	22
2.8.1 Dominó de animais e frutas em libras	22
2.8.2 Recursos ópticos e não ópticos	23
2.8.3 Estimulação sensorial tátil	24
2.8.4 Atividades de vida diária	25
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>26</b>
3.1 Tipo de Pesquisa	26
3.2 Local da Pesquisa	27
3.3 Participantes	27
3.4 Instrumentos e procedimentos	27
3.5 Entrevista com duas professoras da sala regular pública	28
<b>4.0 ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>30</b>
<b>5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>



## OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

ERICA MICHELE DOS SANTOS MATEUS

### RESUMO

A educação inclusiva nos dias atuais ainda é um dos maiores desafios educacionais em nosso País. Nas escolas regulares cada dia que passa vem crescendo o número de crianças matriculadas com necessidades educacionais especiais, exigindo, desta forma, práticas docentes inovadoras, estratégias de ensino mediante os empecilhos a serem rompidos no cotidiano. Diante das dificuldades que o processo de ensino – aprendizagem apresenta nas escolas regulares, o presente estudo buscou conhecer e analisar alguns desafios enfrentados no cotidiano de duas professoras em sala de aula regular da rede de ensino pública. Neste sentido, foi realizada uma entrevista com as duas profissionais da rede de ensino pública, atuantes em sala de aula regular. Os resultados obtidos foram que a situação no cotidiano escolar não é fácil conforme os relatos das professoras, as mesmas se sentem inseguras e despreparadas para inclusão, á necessidade de formação continuada. Concluimos que as dificuldades são enormes, toda teoria contida em documentos legais, na prática dificilmente funciona. Os governantes precisam dar mais atenção à educação em nosso país, oferecer constantemente programas e ações voltadas para a formação continuada dos professores e de todos os profissionais que compõem a equipe educacional das redes públicas de ensino.

Palavras-chaves: Educação inclusiva, Formação Continuada dos Professores, Cotidiano Escolar.

### 1.0 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva atualmente encontra-se em plena ascensão. Nas escolas regulares cada dia que passa vem crescendo o número de crianças matriculadas com necessidades educacionais especiais. Exigindo desta forma comprometimento e participação de toda comunidade escolar. Sabe-se que o trabalho pedagógico em salas de aula regular não é fácil. Exigem práticas docentes inovadoras, estratégias de ensino mediante os empecilhos a serem rompidos no cotidiano.

As dificuldades são várias, pois a diversidade presente nessas salas é enorme. As práticas pedagógicas precisam ser revistas, o educador assim como todos que compõem a equipe pedagógica da escola precisam juntos desenvolver intervenções pedagógicas que atinjam as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, além dos que não têm

nenhuma deficiência. Porém, na prática o maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. Muitas vezes os professores não sabem lidar com essa diversidade com o diferente, em virtude disso os educadores apresentam resistências e dificuldades para desenvolver atividades que integre todo o público presente nas salas de aulas regulares.

Diante das dificuldades que o processo de ensino – aprendizagem apresenta nas escolas regulares o presente estudo, buscou conhecer e analisar alguns desafios enfrentados no cotidiano de um professor em uma sala de aula regular da rede de ensino pública. Neste sentido, foi realizada uma entrevista com duas profissionais da rede de ensino pública, atuante em sala de aula regular.

Porém, inicialmente foi necessário rever um pouco dos fatores históricos da educação especial desde A Idade Média até os dias atuais, onde as crianças com algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade, com o passar do tempo foram sendo gradativamente inseridas na sociedade e no âmbito escolar, com o decorrer do estudo podemos observar a forma lenta das conquistas legais, documentos importantes que ordenam e regulamenta a educação especial no Brasil, a importância de priorizar a formação do professor, para que o mesmo tenha habilidades suficientes para auxiliar o aluno corretamente, a conseguir atingir seu desenvolvimento cognitivo e social, a importância dos recursos pedagógicos trabalhados de acordo com a realidade e as necessidades educacionais especiais de cada aluno entre outros.

A metodologia utilizada para desenvolvimento desse estudo se deu através de uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, baseada em estudos bibliográficos, observações e realização de entrevista.

A educação inclusiva está progredindo, passando por um momento de conscientização de que todos os alunos têm os mesmos direitos a uma educação de qualidade, levando em consideração suas especificidades individuais. O professor vem buscando passar por qualificação adequada, para oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos sem distinção de deficiência, e sim de necessidades educacionais.

## 2.0 Fundamentação Teórica

### 2.1 Educação Inclusiva Um Breve Histórico

Desde a Idade Média as crianças com deficiências eram tratadas a partir de políticas excludentes. Em Esparta na Grécia Antiga, as crianças nascidas com má formação eram abandonadas em montanhas, em Roma eram atiradas nos rios. Os registros históricos comprovam que ao longo do tempo, há uma resistência muito grande por parte da sociedade em aceitar essas crianças com deficiência. Por isso as mesmas eram descartadas feito lixo.

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmos as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio. Mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (CARVALHO, 1997, p. 15).

De acordo com o relato do autor podemos observar que o período da Idade Média nos Países Europeus foi marcado por uma extrema exclusão e extermínio das crianças com deficiência. Pois eles cultuavam o corpo perfeito, tudo que era bonito estava associado ao bem, os deficientes associados ao mal, deveriam ser extintos. As crianças eram submetidas aos castigos mais cruéis que existiam, a maldade e o preconceito perante a sociedade era algo desumano.

Segundo Ferreira (1994), a Educação Especial começa a dá seus primeiros passos no atendimento á pessoas com necessidades educacionais especiais, no mundo Ocidental em meados do Século XVI. É quando a diferença passa a se tornar objeto de estudo da medicina. Nesse período um estudioso chamado Jean Itard muito importante para a revolução da Educação Especial, fez a partir de suas experiências com um menino que apresentava deficiência mental profunda que surgiu a primeira tentativa para educar e modificar o potencial cognitivo de uma criança. Todos os estudos de Jean Itard serviram como base para outras descobertas na área.

Conforme relata Jiménez (1993), ao final do século XVIII e início do Século XIX, começa nos países escandinavos e na América do Norte o período da institucionalização especializada das pessoas com deficiências, e a partir daí surge a Educação Especial. Podemos identificar que nesse período não existia de fato uma educação, nem tão pouco políticas públicas voltadas para incluir essas crianças em instituições regulares. Historicamente inicia-

se o período da segregação, onde as crianças eram isoladas do convívio da sociedade. Foram criados centros específicos, para atendimento dessas pessoas vistas pela sociedade como anormais. Nesses centros o atendimento era de caráter assistencial e não educativo, o processo de ensino-aprendizagem não ocorria, ou seja, não eram utilizados recursos didáticos pedagógicos, voltados para escolarizar as crianças. O atendimento era individual através de terapias (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia) realizado por um profissional da área de saúde. Essa segregação resultava no isolamento das crianças com deficiências. A sociedade, por sua vez criou um estereótipo que só frequentava a escola regular, crianças ditas normais, perfeitas. Pois as crianças com deficiências de acordo com a sociedade eram indignas de frequentar a escola regular, e não tinham capacidade para acompanhar o ensino oferecido pelas escolas comuns (NORONHA, 2016).

O processo da Educação Especial passa por várias mudanças no decorrer dos anos da década de 80, pois, começa a ser adotado o processo de integração com o objetivo de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. É importante ressaltar que nesse modelo integracionista de educação os alunos eram integrados no âmbito educativo, porém, a escola não oferecia uma educação de qualidade, não houve mudanças no currículo escolar visando o atendimento as necessidades dos alunos. Ou seja, ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deveria se adequar á escola (RODRIGUES, 2006).

Conforme relata Sasaki (1997, p. 32), no modelo integrativo “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiências desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola”. De acordo com o relato do autor, a escola não oferece recursos didáticos pedagógicos que contemple as necessidades dos alunos. Dessa forma a escola regular inclui os alunos no espaço escolar, e ao mesmo tempo exclui na sala de aula, pois ela não consegue atender as reais necessidades educativas do aluno. Os alunos não tem participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Esse movimento integracionista se apoia no principio de normalização, que defendia que todas as pessoas com deficiências tinham o direito e oportunidades de integrar e participar do mesmo processo de ensino, todos tinham o direito de está inserido no âmbito educativo sem nenhuma restrição. Esse princípio:

[...] tinha como pressuposto básico a ideia de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura, e que a todos indistintamente deveriam ser

fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as mesmas atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes. (MENDES, 2006, p. 389).

Portanto a normalização surgiu com o objetivo de dar condições para que pessoas com necessidades educacionais especiais estejam integradas no mesmo ambiente que o restante da sociedade, mostrando que todos são semelhantes.

## **2.2 Contexto histórico da educação inclusiva no Brasil**

No Brasil é importante destacarmos que ainda no período do Império 1854-1857 foram criadas duas instituições o Instituto Benjamim Constant - IBC que realizava o Atendimento Educacional Especializado para as pessoas cegas. E o Instituto Nacional de Educação dos Surdos- INES que atendia pessoas surdas. Ambos situados no Rio de Janeiro. No início do século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; já em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff, é um nome muito importante pra a ideia do atendimento as crianças com deficiências, ela faz parte da história do atendimento no Brasil (FERREIRA. 2005).

Um dos primeiros dispositivos legais para a inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil surgiu com a Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), de 20 de dezembro de 1961. Esta Lei priorizava o direito à educação aos alunos com deficiências (que eram designados como “excepcionais”) no “sistema geral de educação”, prevendo seu “enquadramento, no que fosse possível” (Art.88).

A Lei nº 4.024/61 foi alterada em 1971, pela Lei nº 5.692/71 que define “o tratamento especial para alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (Art.9º).

Mesmo com essas iniciativas nesse período ainda não foi possível promover um sistema capaz de atender as demandas sociais de educação das pessoas com deficiência. A partir do momento que os próprios termos utilizados no texto legal denunciam a concepção de educação que orientava tais iniciativas: a educação de pessoas com necessidades de atendimento especializado era vista como algo “excepcional” que, pela sua condição “anormal” é que necessitava de tratamento especial, o texto também coloca que se incluem nesse quadro os alunos que não conseguiram acompanhar no tempo normal o ensino, de

acordo com a sua idade, esses alunos tinham uma defasagem escolar dentro do sistema educativo. Ou seja, esse ponto de vista acaba contribuindo mais para uma educação especial do que para uma educação inclusiva (MAZZOTTA, 2005).

As iniciativas vão gradativamente avançando, em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, sobre o amparo interacionista, impulsionou ações educativas voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda voltadas para campanhas de caráter assistenciais do Estado. Podemos observar que nesse período não há uma política pública eficaz de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de políticas especiais.

Em um contexto de reabertura política e de redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 determinou como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). A educação foi incluída no rol dos Direitos Sociais. Conforme seu Art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº64, de 2010).

E a efetivação desse direito pelo Estado, no caso das pessoas com deficiências, é expresso pelo Cap. III, Seção I, Art. 208: “ O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na esfera nacional do sistema educacional, um dos instrumentos para promover a efetivação do Direito Social à Educação é a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Base da Educação – LDB, e revogou a LDBEN/71. A LDB traz uma ampliação das ideias que a Constituição de 1988 trouxe para a Educação Brasileira; define o sistema de educação escolar e trata da Educação Especial (Capítulo V, Art. 58.) definindo que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Conforme foi explicitado a LDB, aborda a educação especial como uma modalidade de ensino escolar, de acordo com seus parágrafos, essa modalidade de educação acompanha todos os níveis do ensino. Os educando com necessidades especiais terá toda uma prática pedagógica voltada para atender suas necessidades, contribuindo para o desenvolvimento pleno desses educandos.

Em um contexto global, as práticas inclusivas são entendidas como um meio mais eficaz para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos Direitos Humanos. Fortalecendo as práticas afirmativas da inclusão, de combate a todas e qualquer forma de preconceito, discriminação e violência. Durante todo o processo de busca da compreensão do que seja a educação inclusiva, podemos observar que a luta pelos Direitos Humanos caminha-se para o direito de todos á educação. Nesse cenário podemos destacar a “Declaração Mundial de Educação para Todos” ou “Conferência de Jomtien” de 1990, que ratificou o direito de toda criança a educação, previamente proclamado na “Declaração de Salamanca” essa produzida durante a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade” realizada em junho de 1994 em Salamanca, na Espanha (SILVA, 2001).

A Declaração de Salamanca prioriza a inclusão das pessoas que possuem Necessidades Educativas Especiais. Conforme torna explícito:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nómadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6).

A Declaração de Salamanca é um documento de suma importância, pois a assinatura deste documento impulsionou no Brasil, uma série de intervenções práticas e legais. Esse documento serviu de base norteadora no combate ao preconceito e a discriminação sendo de grande relevância na construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diversas esferas públicas seja ela municipal, estadual, ou federal.

Os Direitos Humanos afirmam que a educação inclusiva é de suma importância para o apoio e defesa do exercício da dignidade humana e da cidadania. Ou seja, a necessidade de inclusão no âmbito da escola não é apenas para pessoas com algum tipo de deficiência; o acesso à educação é um direito universal, todas as pessoas têm o direito de estarem no mesmo espaço escolar, desfrutando de um ensino de qualidade, levando em consideração as especificidades de cada um (FAGUNDES, 2001).

Para garantir que todos dentro de um espaço educacional tenham suas particularidades atendidas, temos leis específicas para o grupo de pessoas que apresentem algum tipo de necessidades de atendimento educacional especializado. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, apoia as pessoas com deficiência em todas as esferas do convívio social e da atenção aos direitos individuais e à saúde. Essa Lei é Regulamentada pelo Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro 1999, que estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência além de preconizar (arts. 24 a 29) a Educação Especial enquanto uma modalidade de educação escolar que deve envolver todos os níveis do sistema educacional.

Os alunos precisam de apoio de oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e intelectuais. Assim com o exercício das práticas cidadãs em todos os níveis de ensino. Esse apoio é um fator imprescindível para que o sistema educacional possa aceitá-los e incorporá-lo. Para que isso aconteça é necessário que educação especial seja construída na perspectiva da educação inclusiva; do ponto de vista da construção de espaços escolares acessíveis para todos. Porém essa construção deve ser coletiva. É preciso o envolvimento de todos que fazem parte do sistema educacional.



É muito importante pontuarmos que várias transformações são necessárias, e que o professor não se prepara sozinho para essas mudanças, todo o sistema educacional é mobilizado. No contexto dessas transformações o Parecer nº 17 de 2001 da Câmara de Educação Básica – CEB estabelece oficialmente as noções de transversalidades no sistema educacional para modalidade da Educação Especial. Esse parecer tem como objetivo eliminar práticas de exclusão e solidificar os conceitos sobre a Educação Especial universalizando o vocabulário sobre o tema determinando-a enquanto uma modalidade de educação escolar e um processo educacional:

(...) definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (Parecer nº 17 de 2001 da Câmara de Educação Básica – CEB)

Modalidade transversal está presente em todos os níveis da educação, ela atravessa o ensino de uma ponta à outra, desde a educação infantil até o ensino superior, oferecendo aos alunos uma estrutura pedagógica organizada, com todos os seus direitos atendidos de acordo com suas particularidades, ou seja, todo currículo é pensado para atender o aluno.

O estado brasileiro tem sua contribuição na construção de uma educação inclusiva conforme o Decreto nº 7.611 de novembro de 2011, que determina o dever do Estado para com a Educação Especial. Oferecendo serviços primordiais através de políticas públicas na universalização não só na educação, mas na construção da cidadania. Esse mesmo Decreto nº 7.611, Revoga o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento da Educação Especial rumo a Educação Inclusiva, para diretrizes e bases da educação nacional.

Em 2001, foi criado o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172 (Brasil, 2001), ressalta que “O grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento a diversidade humana”.

Nesse contexto, a Convenção de Guatemala (1999), foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, reafirma os direitos das pessoas com deficiência em termos de igualdade nos direitos humanos e das liberdades fundamentais do indivíduo, propõe que toda forma de discriminação por diferenciação ou exclusão baseada na deficiência das pessoas que possa impedir ou anulem o exercício das liberdades fundamentais sejam eliminadas. Esse

Decreto tem grande repercussão na educação, reivindicando um entendimento da educação especial, assimilando no contexto da diferenciação adotada para promover a extinção de obstáculos que impedem o acesso dessas pessoas à escolarização. Na perspectiva da Convenção a deficiência está associada na ideia dos direitos humanos. Ou seja, na medida em que uma pessoa com deficiência é excluída da sala de aula regular, isso é uma forma de discriminação.

É importante destacarmos que com o passar do tempo no Brasil às mudanças legais caminha para uma Educação Inclusiva, nessa perspectiva a Resolução CNE/CP nº 1 / 2002 (Brasil, 2002), aprova Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidade educacionais especiais.

A Lei 10.436/02 (Brasil, 2002), tinha como objetivo fortalecer o acesso à educação e socialização reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como meio oficial de comunicação e expressão. A mesma é regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 que estabelece a LIBRAS enquanto disciplina curricular, e dispõe sobre a formação de professores, seu uso é difusão em todo território nacional.

Cada vez mais a legislação impulsiona para inclusão educacional e social, o Decreto de nº 5.296/04 Regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 estabelece normas e critérios básicos para o atendimento à acessibilidade, com a eliminação de obstáculos e barreiras arquitetônicas de comunicação e sinalização, nos ambientes. Com o objetivo de incentiva e apoia essas ações foi criado o programa “Brasil Acessível” do Ministério das Cidades.

Em 2006 o Brasil tornou-se signatário da “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”. Aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU estabelece o sistema de inclusão em todos os níveis do sistema educacional e o combate a quaisquer formas de exclusão, essa deve ser combatida cotidianamente, pois ela não ocorre só no âmbito escolar.

Em 2011 o Decreto nº 7.612 instituíram nas normas desta Convenção: O “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites”, que propõe ações interministeriais para “promover, por meio da integração e articulação de políticas,

programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência”, em todas as estâncias da educação, saúde, inclusão social e acessibilidade.

E por fim depois de todo esse embasamento teórico do conjunto de leis e convenções da qual o Brasil é signatário, em 2015 a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.146 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (O Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta Lei garantir “assegurar e a promover, em condição de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando á sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º).

### **2.3 Educação inclusiva conceitos**

No âmbito desse trabalho o termo Educação Inclusiva de acordo com a autora:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolher todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005, p. 96).

Já para o autor a inclusão envolve:

Educação Inclusiva exige o atendimento de Necessidades Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade, de forma interativa – escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança. (SCOTTO, 2008, p. 44).

De acordo com as citações dos autores podemos observar que a educação inclusiva tem suas bases voltadas para o respeito e aceitação das diferenças em todos os âmbitos educacionais, conviver com o diferente aprender juntos, que todos os seres são diferentes um dos outros, é todos tem os mesmos direitos perante a lei, a uma educação igualitária de qualidade. Que todos possam fazer parte do processo de ensino-aprendizagem de forma coletiva, participativa, sem preconceitos e discriminações. Em um espaço onde todos aprendem juntos, é importante que haja interação, e respeito à diversidade, que a afetividade prevaleça nas relações. Dessa forma todos os educandos possam ser protagonistas de suas próprias historia.

## 2.4 A educação inclusiva na escola pública regular

O papel da escola pública é incluir todas as crianças no sistema escolar, oferecer um ensino que atenda as necessidades educacionais de todas, e não apenas das crianças que não tem algum tipo de deficiência. A Declaração de Salamanca garante que:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6).

De acordo com o documento, as escolas precisam estar abertas para atender todas as crianças sem exceção, oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais.

É preciso dar condições de aprendizagem para todos. Sabermos que para toda escola pública oferecer uma educação inclusiva é necessário passar por transformações em todos os setores conforme destaca o autor:

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p. 34).

De acordo com o autor, para a escola tornar-se inclusiva precisa passar por mudanças em todos os seus setores que devem ser modificados, e um dos primeiros passos é a transformação do currículo pedagógico. Esse por sua vez precisa favorecer a cada um dos educandos de acordo com suas potencialidades e peculiaridades.

A escola deve passar por transformações que vão além do seu cenário estrutural, de rampas e banheiros adaptados. Todos os pontos precisam ser discutidos e analisados pela equipe pedagógica, com o objetivo de saber, se o que foi feito obteve resultado satisfatório, se os objetivos foram alcançados, e o que precisa ser melhorado. “As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional” (PACHECO, p. 15). Todos os alunos têm os mesmos direitos a uma educação de qualidade com plena participação no processo educativo, independente de suas características, interesses e necessidades individuais. Portanto a escola inclusiva respeita as diferenças e defende a igualdade como valor universal.

## 2.5 A importância da formação do professor para uma educação inclusiva

O papel do professor é fundamental em todo processo educativo, em salas de aulas regulares o mesmo é primordial. Porém o professor da sala comum na maioria das vezes se sente incapaz de receber o aluno com algum tipo de deficiência em sua sala de aula. Aham que não estão preparados em meio a tantos desafios, quando se deparam com diversas dificuldades. Segundo a autora:

A maioria dos professores têm uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado (MANTOAN, 2003, p. 76).

Inúmeras são as barreiras enfrentadas para que a política de inclusão se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas. A colocação da autora é bastante pertinente, grande parte dos educadores se sentem despreparados, para atuarem em sala de aula comum. Vale salienta que a maioria dos professores que não se sentem preparados, geralmente são educadores com vários anos de carreira, alguns já estão pertos de se aposentarem, os mesmos foram formados em Grade Curriculares antigas, ou seja, durante sua graduação a Grade Curricular não tinha componentes curriculares voltadas para o ensino da educação inclusiva (MITLLER, 2003).

Tendo em vista que as leis e os documentos legais que ordenam e regulamentam a educação inclusiva são recentes, e a formação desses educadores são anteriores as leis. Esses professores foram formados em um contexto e realidade diferente da atual realidade educacional. Muitos professores só tiveram conhecimento sobre educação especial através de Pós Graduação ou da formação continuada. Atualmente nossa realidade é outra com a implantação da educação inclusiva nas escolas passou-se a exigir do educador de sala de aula comum práticas pedagógicas que atenda também o público de alunos com necessidades educacionais especiais. No cotidiano das escolas regulares cresce todos os dias o número de crianças com diversas deficiências, diversas necessidades e os professores precisam está preparados para as diversidades (SILVA, 2003).

Para tanto, a formação continuada é importantíssima, pois os educadores precisam ter condições necessárias para atuar em sala de aula em meio às dificuldades que surgir no cotidiano escolar. De acordo com o autor: “O processo de formação deve adotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores” (IMBERNÓN, 2011, p.41).

É primordial que o professor passe por formação continuada, para adquirir conhecimentos sobre novas estratégias de aprendizagem, para que possa oferecer um ensino de qualidade aos alunos sem distinção, todos os alunos são contemplados com práticas pedagógicas atualizadas e inovadoras. Contribuindo dessa forma para o desempenho satisfatório dos seus alunos em sala de aula (IMBERNÓN, 2010).

## **2.6 Atendimento Educacional Especializado – AEE**

As transformações no sistema educacional ao longo tempo vêm se modificando para reconhecer e valorizar a diversidade presente no âmbito escolar. Para a escola de fato ser inclusiva ela precisa oferecer um atendimento educacional de qualidade que atenda as reais necessidades dos alunos que tenha algum tipo de deficiência. Nas escolas de ensino regular o Atendimento Educacional Especializado - AEE deve acontecer em Salas de Recursos Multifuncionais que são utilizadas prioritariamente para o público alvo do AEE. A norma que institui e estabelece as “Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial” é a Resolução nº 4 de 2009, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Conselho de Educação Básica – CEB. Em seu art.4º define que o público alvo do AEE é constituído pelos:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com a Legislação que assegura o direito de acesso a educação inclusiva e social dos alunos, com necessidades de atendimento especializado. Reivindicar do poder público garantia que o público alvo da educação especial tenha o acesso ao ensino regular, é importante salienta que várias medidas são adotadas para romper com barreiras que impeça a plena efetivação e participação desses alunos no contexto escolar.

Portanto o Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço que identificar, elabora e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade com o objetivo de eliminar barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades

específicas. Esse atendimento deve ser realizado no horário oposto as aulas na sala regular, preferencialmente na mesma escola. As atividades são desenvolvidas de forma complementar ou suplementar á formação dos educandos no ensino regular, mas nunca em substituição a ela.

De acordo com autora:

Esse atendimento é complementar e necessariamente diferente do ensino escolar e destina-se a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários á eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relaciona-se com o ambiente externo [...] (MANTOAN, 2004, p.42).

De acordo com a autora é importante destacar que, a proposta da educação inclusiva não tem dois sistemas de ensino, referentes à educação regular e especial. Todos os alunos devem ser escolarizados nas salas regulares comum, porém há um planejamento de ensino com o objetivo de assegurar um atendimento educacional especializado com recursos pedagógicos específicos para garantir o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiências.

## **2.7 Salas de Recursos Multifuncionais – SRM**

É de suma importância destacar que a implantação dessas salas em escolas regulares comum é para atender as necessidades específicas dos educando, e não para servir de reforço escolar. As salas são compostas por vários materiais pedagógicos que são utilizados de acordo com a faixa etária, necessidades e interesse do aluno, favorecendo os ritmos e estilos as especificidades de cada educando.

A SRM é um dos instrumentos mais importante utilizados pelo o professor como estratégia de ensino. Porém o professor da sala regular não pode pensa em hipótese alguma em utilizar as salas de recursos como forma de isolar o aluno, a SRM, não é um lugar de segregação. O ensino nessas salas não é aparte do ensino realizado na sala regular, por o contrário para que o AEE se desenvolva é primordial a troca de informações do professor da sala regular, com o professor do AEE. Essa troca de informações contribuirá para o enriquecimento do ensino em ambas as partes. Resultando assim gradativamente no desempenho de habilidades e potencialidades dos alunos. Dessa forma consequentemente o aluno irá melhorar seu rendimento no ensino da sala regular (MEC, 2007).

É de extrema importância ressaltar que nas escolas de ensino regular o AEE é oferecido por profissionais com formação, capacitados para o atendimento às necessidades educacionais especiais. “Os professores que atuam no atendimento educacional especializado,

além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe atender” (BATISTA & MANTOAN, 2005, p. 09). Os professores passam regularmente por formação continuada para proporcionar o apoio necessário aos educandos. Atuando em parceria com o professor da sala regular, criando estratégias pedagógicas que possibilite o acesso do aluno ao currículo.

## 2.8 Recursos pedagógicos utilizados no AEE

Os recursos pedagógicos utilizados para o AEE são materiais diversificados condizentes com as potencialidades e necessidades especiais dos alunos. A cada recurso utilizado tem sua finalidade no processo de ensino-aprendizagem. Destacamos a seguir alguns materiais utilizados nas salas de recursos.

São conteúdos do AEE: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e LIBRAS tátil; Alfabeto digital; Tadoma; Língua Portuguesa na modalidade escrita; Sistema Braille;

**2.8.1 Dominó de animais e frutas em libras:** as crianças usuárias da Língua Brasileira de Sinais podem aprender através de estímulos com esses jogos, os sinais que representam alguns animais; tanto quanto a associação das imagens das frutas em libras, ambos contribuem para incentivar a fixação da percepção visual, atenção e concentração.

Figura 1- Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista na sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

**2.8.2 Recursos ópticos e não ópticos:** tem como objetivo estimular o uso da visão e sentidos remanescentes, crianças com baixa visão precisam utilizar recursos especiais, lentes



que auxiliam a visão, lupas, manuais e eletrônicas de acordo com suas necessidades individuais, ou seja, são suas necessidades que irão determinar as modalidades de adaptações necessárias e adequadas para o seu desenvolvimento (SÁ et al., 2007).

Figura 2- Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista na sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

Figura 3 – Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista sala de AEE

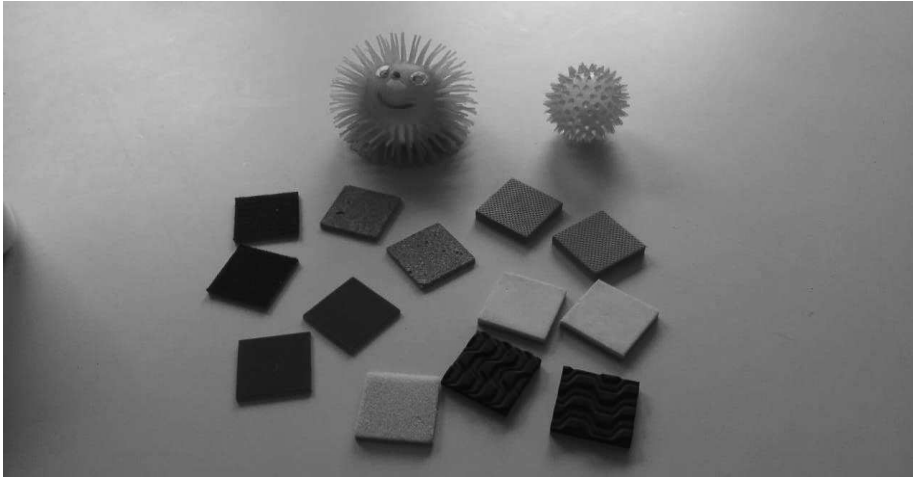


Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

**2.8.3 Estimulação sensorial tátil:** é importantíssimo que o aluno tenha esse estímulo, várias atividades são desenvolvidas, com o objetivo de proporcionar condições e meios para que a criança tenha experiências com diferentes texturas, a partir de pequenas peças, que

apresentam em sua superfície texturas lisas, crespas, macias, cores diferentes, formas ondulares. São experiências que o aluno precisa vivenciar, e que irão contribuir na construção de sua identidade.

Figura 4 – Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

**2.8.4 Atividades de vida diária:** são atividades de grande relevância que contribuem, para o desenvolvimento pessoal e social dos educandos. Nas figuras abaixo podemos observar, atividades simples do cotidiano do aluno, o trabalho com botões, zíper, laços.

Figura 5 – Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

Figura 6 – Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018).

Figura 7 - Imagem coletada na escola onde ocorreu a entrevista sala do AEE



Fonte: Acervo da pesquisadora (2018)

É importante que a escola busque parcerias, com profissionais de diversas áreas, arquitetura, terapia ocupacional, engenharia, fisioterapia, fonoaudiologia, entre outros, para que os educandos tenham um atendimento de qualidade.

### **3.0 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

Com o propósito de compreender os aspectos referentes ao tema trabalhado, a presente pesquisa consistiu em um estudo descritivo, o qual de acordo com Triviños (2010) “[...] pretende descrever com exatidão os fenômenos de determinada realidade (p.10)”. Utilizou-se também, como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a natureza da pesquisa bibliográfica eleva as discussões de diversos autores com base em material já elaborado, constituídos especialmente de livros e artigos científicos. Além disso, a proposta pode ser classificada como de caráter qualitativo, onde se busca descrever as ações, explicar suas origens e a relação, bem como suas mudanças e consequências (TRIVINÓS, 2010).

O estudo realizado com o objetivo de analisar quais os desafios enfrentados no cotidiano de duas professoras em sala de aula regular da rede de ensino pública constituiu-se primeiramente de um breve levantamento no contexto histórico sobre a Educação Especial, desde o período do Império, em seguida, o conjunto das leis que fundamentam a Educação Inclusiva no Brasil, os quais são modificados constantemente, mostrando seus avanços, vários documentos foram pesquisados a exemplo da Declaração Mundial de Educação para Todos; (1990), Declaração de Salamanca (1994); A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB 2/ 2001), Plano Nacional de Educação (2001), entre outras.

Após esse levantamento histórico apresentou-se o conceito de Educação Inclusiva; seguindo da Educação Inclusiva na Escola Pública; logo após a importância da formação do professor para uma educação inclusiva; seguindo Atendimento Educacional Especializado – AEE; logo após Salas de Recursos Multifuncionais – SRM; Recursos Pedagógicos Utilizados no AEE. Dando continuidade com uma entrevista realizada com duas professoras de sala regular, de uma escola pública; e por fim, finalizando a Análise dos Resultados.

#### **3.2 Local da pesquisa:**

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede de ensino pública do município de Campina Grande – Paraíba. A escola funciona nos turnos manhã e tarde, oferecendo Educação Infantil, Ensino Fundamental, atende atualmente 230 alunos, de nível socioeconômico em sua maioria baixo, pois a mesma está localizada em um Barrio periférico,

uma grande parcela dos alunos recebem benefícios de programas Federais oferecidos à população de baixa renda.

### **3.3 Participantes:**

Participaram da pesquisa duas professoras da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande-PB. A primeira entrevistada foi uma professora da turma do 4º ano do ensino fundamental, a mesma possui 15 anos de experiência em sala de aula regular. A segunda entrevistada é professora da turma do 5º ano do ensino fundamental, têm uma vasta experiência, 18 anos de docência em sala de aula.

### **3.4 Instrumentos e procedimentos**

Inicialmente com o esquema da pesquisa montado um roteiro, contendo cinco questões, voltadas para o âmbito escolar, referentes ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a interação dos mesmos em sala de aula, as estratégias pedagógicas utilizadas com o objetivo de analisar quais os desafios enfrentados no cotidiano de um professor em uma sala de aula regular da rede de ensino pública. Após o término da elaboração do questionário, foi estabelecido um contato com a gestora, para solicitar a permissão para fazer à entrevista com duas profissionais de turmas regulares diferentes. Com a concessão dada pela gestora, foi realizado um contato com as professoras para saber a disponibilidade de tempo de ambas para responder o questionário.

### **3.5 Entrevista com duas professoras de sala regular pública**

Inicialmente foi perguntado as professoras sobre quais os desafios que um professor de uma sala regular pública, enfrenta no seu cotidiano? Quais as estratégias utilizadas para lidar com esses desafios?

Foram dadas as seguintes respostas da professora 01:

Professora 01: Falta formação apropriada para atuar com diferentes dificuldades, Escassez de material didático, falta de apoio da família, problemas comportamentais relacionados a desestrutura familiar. O professor promove parcerias com a família, promove atividades mais lúdicas para facilitar o aprendizado na sala de aula.

Já a professora 02 em sua fala destaca que:

Professora 02: O professor hoje em dia se depara com muitas dificuldades, principalmente, de comportamento dos alunos que muitas vezes não respeitam mais a figura do professor. Também temos muitos problemas de aprendizagem, e ainda poucos parceiros que efetivamente nos auxiliam com esses problemas, pois quando se trata de serviços públicos sabemos a forma de como eles ocorrem na prática, filas de espera ou serviços ineficientes. Nesta perspectiva, o professor muitas vezes se encontra sozinho para driblar esses desafios diários... Então, busca soluções de atrair e motivar os alunos como pode, trazendo para sala de aula atividade mais atraentes e lúdicas, mais voltadas para o seu cotidiano e sua realidade social.

Quando foram perguntadas as professoras sobre a forma utilizada para facilitar o processo de ensino – aprendizagem se há uma troca de informações entre o professor da sala regular, e o professor do atendimento especializado?

As respostas dadas foram:

Professora 01: Sim, para realização de planejamento de atividades diferenciadas.

Já para professora 02: Sim... Conversamos sobre as habilidades, dificuldades e particularidades do aluno, o que facilita no planejamento educacional individualizado e também na elaboração de atividades e avaliações.

Quanto à questão de como é realizada a avaliação do aluno com necessidades especiais? Ele tem um currículo diferenciado dos demais alunos?

As respostas de ambas foram que:

A professora 01: A base curricular é a mesma, entretanto, há flexibilidade para adequação da avaliação de acordo com a necessidade específica do aluno.

A professora 02: A avaliação sempre é adaptada, porque precisamos priorizar as necessidades educacionais de cada aluno. O currículo não deve ser rígido, mas sempre que podemos, seguimos a base curricular.

Procurou-se saber das professoras como está ocorrendo a interação dos alunos com deficiência e as outras crianças?

A professora 01 disse que: A interação é satisfatória, procuro sempre fazer atividades para sensibilização da turma, através de roda de conversas, exibição de vídeos, musicalização, com o objetivo de minimizar preconceitos e efetivar a inclusão.

A professora 02: Na nossa escola, nunca tivemos casos de exclusão ou bullying com nossos alunos com deficiência. Alunos com deficiência são sempre bem acolhidos, mesmo porque temos em nossa prática cotidiana, de preparar a turma antes da chegada de um novo aluno com deficiência, com rodas de conversas, vídeos, cartazes, dinâmicas, etc.

Por fim, procurou-se saber das professoras: Em sua opinião, o que poderia facilitar o trabalho do professor da sala regular no processo de inclusão dos alunos com deficiência?

A professora 01 respondeu que: A disponibilidade de materiais pedagógicos adequados para trabalhar junto às necessidades especiais de cada aluno.

A professora 02: O professor de sala regular não teve, em sua formação acadêmica, uma preparação adequada para trabalhar efetivamente com alunos deficiências. Sabemos que o leque de deficiência existente é muito grande, e muitas vezes o professor desconhece as potencialidades do aluno. Hoje em dia, algumas deficiências tem direito a cuidadores, isso já foi um grande avanço.

#### **4.0 ANÁLISE DOS DADOS**

Tendo vista a apresentação dos dados, é de grande relevância destacar que de acordo com as professoras, um dos maiores desafios da educação inclusiva está relacionado à falta de formação do professor para atuar em sala de aula regular.

Geralmente a maioria dos professores se sentem despreparados, e inseguros diante da diversidade das salas de aula da escola regular comum. De acordo com o autor:

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que *não fui preparado para lidar com crianças com deficiência* (LIMA, 2002, p.40).

De acordo com o autor a formação inicial dos futuros professores é de suma importância, os docentes precisam está preparados para atuarem em sala de aula. Essa formação é o grande desafio nos cursos de formações de professores, é o de produzir conhecimentos que possa despertar novas atitudes e ações que permitam a compreensão de

situações complexas de ensino, possibilitando que o professor possa desempenhar, o seu papel de ensinar e aprender para diversidade. Os professores precisam ter habilidades e competências necessárias, para dominar os conteúdos curriculares, no processo de ensino aprendizagem na sala regular.

Porém é importante ressaltar que, os educadores precisam vivenciar práticas pedagógicas na sua formação, muitos estudantes de pedagogia, quando não estão atuando em sala de aula, apresentam dificuldades para conciliar teoria e prática. Prática essa que só é oferecida em poucas horas durante as componentes curriculares de estágio, para quem não está em sala de aula, esse tempo é muito pouco, para formar futuros professores.

A formação continuada é essencial para que o educador possa aprimorar conhecimentos já existentes, assim como agregar mais valores a sua prática, através de cursos, palestras, encontros com rodas de conversas entre educadores de diversas escolas, possibilitando a troca de experiências. Os educadores entre si vão relatando suas experiências de situações diversas vivenciadas no cotidiano de suas salas de aula regular. A partir do momento que o professor tem um contato com experiências diferentes da sua, conseqüentemente mudará sua prática de ensino.

Outro desafio colocado pelas professoras na entrevista foi “à escassez de materiais pedagógicos”. Os recursos pedagógicos são indispensáveis para dá suporte ao professor, esses recursos didáticos específicos, são importantíssimos para o desenvolvimento das habilidades dos alunos. É importante que a escola busque apoio com entidades que são parceiras nas escolas, para que o educando não sejam penalizados, com essa falta de atendimento. A direção tem que exigir incansavelmente dos dirigentes o apoio necessário que está previsto em lei, o ressarcimento de materiais tão importantes para o AEE (MANTOAN, 2004).

Outras queixas das professoras foram: a falta de apoio da família e problemas comportamentais relacionados à desestrutura familiar. Tendo em vista a diversidade presentes em uma sala de aula regular, o professor assim como todos que compõem a equipe pedagógica da escola precisa realizar juntos um trabalho colaborativo para tentar encontrar a melhor maneira possível de fazer com que a família participe do processo de ensino. É importante realizar, reuniões, palestras, a escola deve oferecer orientações e incentivo, para que essas famílias apoiem o desenvolvimento dos seus filhos.



Quando as professoras foram questionadas sobre a realização de avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais, e se o currículo era diferenciado. As respostas foram dadas com ponderação e bom senso. É de extrema importância salientar que na educação inclusiva as modificações e adaptações curriculares são primordiais para contribuir para o desenvolvimento – aprendizagem dos alunos. Segundo Giné e Ruiz, (1995) as adequações curriculares são as modificações necessárias nos diversos elementos do currículo básico para adequá-los as necessidades do aluno que precisam de ajuda pedagógica.

Porém não se pode delegar ao professor toda a responsabilidade de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, todos que compõem a equipe pedagógica, precisam ter conhecimentos e habilidades para participar das transformações curriculares, criando estratégias norteadoras para sanar e intervir junto ao aluno, diante das dificuldades do cotidiano, oferecendo condições de ensino aprendizagem adequadas às necessidades e especificidades desses alunos, realizando a inclusão e a socialização escolar (MARCHESI, 2004).

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva nos dias atuais ainda é um dos maiores desafios educacionais em nosso País, estamos caminhando em passos lentos, mesmo com todas as mudanças ocorridas ao longo da história. Para tanto, é necessário o comprometimento por parte dos educadores unindo-se para criar estratégias de ensino eficazes para que o processo de ensino – aprendizagem seja igualitário e de qualidade tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais, quanto para os demais alunos em salas regulares comum. A necessidade de buscar formação continuada permite que o educador possa agregar conhecimento e preparar-se para sanar os problemas ocorridos dia após dia no processo de ensino – aprendizagem, devendo acontecer cada vez mais, para que a sua prática seja fortalecida e aprimorada e conseqüentemente o ensino seja eficiente dentro da ideologia da educação inclusiva.

Portanto, tendo em vista tudo que foi mencionado no decorrer da pesquisa, chegamos à conclusão que toda teoria contida em documentos legais, na prática dificilmente funcionará. As dificuldades são enormes conforme, é destacado nos relatos das professoras da escola regular de ensino.

É importante que os governantes em todas as esferas sejam Federal, Estaduais, Municipais, ofereçam constantemente programas e ações voltadas para a formação continuada, dos professores para o aperfeiçoamento (teórico e prático) e a atualização profissional dos mesmos, não só dos educadores, mas para todos que fazem parte da equipe educacional, gestores e funcionários das redes públicas de ensino.

Sabe-se o quanto é difícil para um educador diante de uma sala de aula regular, inovar sua prática pedagógica todos os dias, isto exige a participação de todos, equipe escolar, e principalmente a família, essa por sua vez é um elo importantíssimo no processo de desenvolvimento da criança, evitando dessa forma eventuais problemas comportamentais relacionados a desestrutura familiar.

Percebe-se que mesmo com todas as dificuldades encontradas, o trabalho da educação inclusiva está crescendo gradativamente. Os desafios e problemas são uma realidade do cotidiano escolar, os mesmos não são exclusivamente de sala de aula regular. O grande problema nosso é o sistema educacional que é falho não oferece estrutura organizacional, nem tão pouco condições dignas para que os nossos professores possam desenvolver seu trabalho.

Quando a educação em nosso país for uma das prioridades dos governantes aí sim teremos uma educação inclusiva de qualidade.

## **RESUMEN**

La educación inclusiva en los días actuales sigue siendo uno de los mayores desafíos educativos en nuestro país. En las escuelas regulares cada día que pasa viene creciendo el número de los niños matriculados con necesidades educativas especiales, exigiendo, de esta forma, prácticas docentes innovadoras, estrategias de enseñanza mediante los escollos a ser rompidos en el cotidiano. Ante las dificultades que el proceso de enseñanza - aprendizaje presenta en las escuelas regulares, el presente estudio buscó conocer y analizar algunos desafíos enfrentados en el cotidiano de dos profesoras en el aula regular de la red de enseñanza pública. En este sentido, se realizó una entrevista con las dos profesionales de la red de enseñanza pública, actuantes en el aula regular. Los resultados obtenidos fueron que la situación en el cotidiano escolar no es fácil, conforme a los relatos de las profesoras, las mismas se sienten inseguras y despreparadas para la inclusión, necesidad de formación continuada. Concluimos que las dificultades son enormes, la teoría contenida en documentos legales, en la práctica difícilmente funciona. Los gobernantes necesitan dar más atención a la educación en nuestro país, ofrecer constantemente programas y acciones dirigidas a la formación continuada de los profesores y de todos los profesionales que componen el equipo educativo de las redes públicas de enseñanza.

Palabras claves: Educación inclusiva, Formación Continuada de los Profesores, Cotidiano Escolar.

## REFERENCIAS

BATISTA, Cristina A. M.; MANTOAN, Maria Teresa E. *Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial a Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF, Diário Oficial da União 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, **Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e da outras providencias**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF 21 de dez.1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 18 dez de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de Dezembro de 2011, **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em 18 dez de 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, 2004. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em 17 jan. de 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <  
<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. **Diretrizes básicas para ação do Centro Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1974.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FAGUNDES, Carlos Magalhães de. **Os novos desafios para a educação especial**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, V. **Educação especial** – Programa de Estimulação Precoce – Uma Introdução às Ideias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GINÉ, Climent, RUIZ, Robert. **As adequações curriculares e o Projeto de Educação do Centro Educacional**. In: Coll, César et al. Desenvolvimento psicológico e a educação: Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. Ed. São Paulo Cortez, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MENDES, E. G. **A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 3, p. 387- 40 2006.

MANTOAN, M<sup>a</sup> Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. In: Nova Escola, maio de 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, Rosângela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: *Revista de Estudos Jurídicos*, Brasília, n. 26, jul./ set. 2004.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad. Windy B. Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NORONHA, Gilberto César. **Da forma à ação inclusiva: Curso de Formação de Professores para Atuar em Salas de Recursos Multifuncionais**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, D. (2006). **Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva**. In D. Rodrigues (ed.), **Educação Inclusiva. Estamos a fazer progressos?** Lisboa: FMH Edições.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SÁ, Elizabert Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de, SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual**. Secretaria de Educação Especial; Secretaria de Educação a Distância; Ministério da Educação. Brasília: 2007.

SEESP/ SEED/ MEC, **LEI N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acessado em 04 de novembro. 2017.

SCOTTO, Arlete, **A inclusão escolar na rede de ensino estadual**. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent\\_a.php?t=004](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004). Acesso em 02 fev. 2018.

SILVA, Karla Mendes dos. **A família e os portadores de necessidades especiais**. Revista Educação. Ano V, n.12, 2001.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **A análise de necessidades na formação contínua de professor: Um contributo para a integração e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular**. São Paulo: AVERCAMP, 2003. p. 53-69. BBE.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais: acesso e qualidade - Declaração de Salamanca**. Salamanca: Espanha, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.